

ACÓRDÃO Nº 8.634

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.812.2011-40-TCE (C/ 02 Anexos e Processos nºs 14.615.2011-50-TCE e 14.369.2010-00-TCE C/ 02 Anexos – Apensos)

ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Feijó – AC, exercício de 2010.

RESPONSÁVEL: Senhor Raimundo Ferreira Pinheiro

RELATORA: Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Pagamento indevido de “material de distribuição gratuita”, sem comprovação de nota fiscal e empenho. Pagamentos de “consultoria” em contratação direta sem o devido processo licitatório. Pagamentos a “serviços de terceiros-PJ” sob a rubrica 339039, sem previsão orçamentária, sem prévio empenho e nota fiscal correspondentes. Devolução de valores pelo Gestor. Aplicação de multas. Não recolhimento das multas. Cobrança judicial. Comunicação à Receita Federal do Brasil e ao Ministério Público Federal para as providências legais que entenderem adotar. Remessa de cópia dos autos para o Ministério Público Estadual para conhecimento e adoção de medidas que entender necessárias. Cientificação ao Conselho Municipal do FUNDEB pelo descumprimento da aplicação do percentual de 25%. Cientificação, desta decisão, ao responsável à época para adotar providências, que lhe couber. Notificação do atual Prefeito de Feijó e do responsável pela contabilidade para que doravante observem a correta contabilização financeira, patrimonial e respeitem os limites constitucionais estabelecidos em lei, bem como, atendem para a obrigatoriedade de implantação, a partir de 1º de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno na estrutura funcional da Prefeitura. Encaminhamento de cópia dos autos à Câmara de Feijó, para conhecimento e adoção de medidas que entender necessárias e para seu julgamento de acordo com o disposto no artigo 23 da CE/1989. Instauração de Tomada de Contas Especial, para apurar o verdadeiro saldo bancário, verificação dos gastos com os agentes políticos, contratação irregular de terceirizados e verificar ainda o grau de cumprimento das decisões tomadas por este Tribunal de Contas no Acórdão nº 7.355/2011.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **Raimundo Ferreira Pinheiro**, Prefeito à época, a **devolver** aos cofres municipais, no **prazo de 30 (trinta) dias**, as importâncias a seguir relacionadas, devidamente atualizadas até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 54 da LCE nº 38/1993: **a) R\$ 481.551,87** (quatrocentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos), relativos a pagamento indevido de “material de distribuição gratuita”, sem comprovação de nota fiscal e empenho; **b) R\$ 3.000,00** (três mil reais), referentes a pagamentos de “consultoria” em contratação direta sem o devido processo licitatório; e **c) R\$ 270.626,00** (duzentos e setenta mil e seiscentos e

(A C Ó R D ã O Nº 8.634 – FL. 02)

vinde e seis reais), relativos a pagamentos a “serviços de terceiros-PJ” sob a rubrica 339039, sem previsão orçamentária, sem prévio empenho e nota fiscal correspondentes, totalizando o valor de R\$ 755.077,87 (setecentos e cinquenta e cinco mil, setenta e sete reais e oitenta e sete centavos); **2) aplicar multa de 10%** sobre o valor a ser devolvido, a ser recolhida em favor do Tesouro Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 88, da LCE nº 38/93; **3) aplicar multa de R\$ 3.570,00** (três mil e quinhentos e setenta reais), prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93, em função dos atos praticados com grave infração à norma legal de natureza contábil, financeira e orçamentária ao Senhor **Raimundo Ferreira Pinheiro**, recolhida ao Tesouro Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a este Tribunal; **4) autorizar cobrança judicial** dos valores acima imputados caso não atendida a notificação no prazo acima estabelecido, nos termos do art. 58, inciso III, alínea “b” da LCE nº 38/1993; **5) comunicar à Receita Federal do Brasil e ao Ministério Público Federal** para as providências legais que entenderem adotar, no que diz respeito ao não recolhimento de encargos previdenciários e trabalhistas relativos a contratação de terceirizados em substituição a servidores efetivos, verificando, ainda, a omissão do gestor em apresentar a documentação relativa ao montante dos débitos que deixaram de ser recolhidos; **6) encaminhar** cópia dos autos para o Ministério Público Estadual para conhecimento e adoção de medidas que entender necessárias conforme legislação em vigor; **7) cientificar** ao Conselho Municipal do FUNDEB pelo descumprimento da aplicação do percentual de 25%, aplicando somente 20,75% dos recursos destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; **8) cientificar**, esta decisão, ao Senhor **Raimundo Ferreira Pinheiro**, Prefeito à época para adotar providências, que lhe couber; **9) notificar** o atual Prefeito de Feijó e ao responsável pela contabilidade para doravante observarem a correta contabilização financeira, patrimonial e respeitarem os limites constitucionais estabelecidos em lei, bem como, atentarem para a obrigatoriedade de implantação, a partir de 1º de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno na estrutura funcional da Prefeitura, em cumprimento ao que prescreve o artigo 1º da Resolução do TCE/AC nº 76, de 13 de setembro de 2012 c/c com os artigos 70, 74 e 163 da CF/1988, Lei Federal nº 4.320/1964 e LRF nº 101/2000, sob pena de responsabilidade legal; **10) encaminhar** cópia dos autos à Câmara de Feijó, para conhecimento e adoção de medidas que entender necessárias e para seu julgamento de acordo com o disposto no artigo 23 da CE/1989; e **11) instaurar Tomada de Contas Especial**, para apurar o verdadeiro saldo bancário, verificação dos gastos com os agentes políticos, contratação irregular de terceirizados e verificar ainda o grau de cumprimento das decisões tomadas por este

(A C Ó R D ã O Nº 8.634 – FL. 03)

Tribunal de Contas no Acórdão nº 7.355/2011. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.-.-.-.-.-

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 12 de dezembro de 2013**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC